

Ulysses e Maciel criam frente presidencialista



Os pontos polêmicos do projeto de Cabral foram vistos na reunião com Ulysses e Maciel

Cabral leva texto ao Planalto para os últimos acertos

Os últimos acertos do substitutivo ao projeto constitucional, que se tornará público domingo, foram feitos ontem à noite no Palácio do Planalto, entre o Presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, e o senador Marco Maciel, presidente do PFL. A reunião entre os três durou aproximadamente uma hora e Ulysses deixou o Planalto às 20h15.

O primeiro a chegar ao Palácio foi o senador Marco Maciel. Ele conversou sozinho com Ulysses durante 40 minutos. Em seguida, foi a vez do deputado Bernardo Cabral, carregando uma pasta. Só os fotógrafos tiveram acesso ao gabinete presidencial e um deles perguntou a Cabral o que carregava na pasta e qual o tema da

conversa. O relator respondeu: "Vamos acertar os últimos pontos do anteprojeto".

A reunião teve como principal objetivo retocar os pontos considerados polêmicos pelo Governo. Entre eles encontram-se o mandato presidencial, o sistema de Governo e, caso seja aprovado o parlamentarismo, se ele será adotado ainda durante o mandato do presidente Sarney ou depois das eleições presidenciais. Ainda entre os pontos polêmicos encontram-se a anistia aos militares, estabilidade no emprego e 40 horas semanais de trabalho.

Líderes

Até domingo, Marco Maciel e Ulysses Guimarães já terão chegado a um acordo sobre o funcionamento da Aliança Democrática na votação da nova Carta.

PMDB é criticado por tentar adiar o comício

Recife — O deputado estadual João Coelho, representante do PDT no comitê pró-diretas de Pernambuco, acusou o PMDB de estar tentando adiar o comício das diretas em Recife, marcado para o dia 14 de setembro: "O PMDB está em contradição aberta com o desejo do povo e fica querendo adiamentos". Coelho reagiu desta forma à informação dada pelo secretário de Ação Social da Prefeitura do Recife, José Arlindo Soares, do

PMDB, para quem "a maioria do comitê é a favor do adiamento" por causa da proximidade entre o comício do Recife e o que foi realizado em Caruaru, dia 7 deste mês. A alegação é a dificuldade de fazer a mobilização.

Além do PDT, PMDB e PC do B fazem parte do comitê o PSB e o PT. O representante do PT, Francisco Rocha da Silva, confirmou as tentativas de adiamento mas disse que tudo não passa de um equívoco do PMDB: "Eu mesmo sugeri o adiamento ao comitê nacional porque o comício coincide com a eleição da direção da Federação das Associações de Bairros, mas como já estavam

Comunista vê "retrocesso" nas diretas

São Paulo — Tradicionalmente uma das mais influentes — e moderadas — forças de esquerda no País, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pela voz de seu presidente nacional, Salomão Malina, advertiu, ontem, que tentativas de desestabilização do processo de transição representariam séria ameaça de retrocesso político. Por isso, o "partidão" está contra a nova campanha das "diretas já", por considerá-la "golpista" e se sentindo, confessa Malina, "comprometido" com o Governo Sarney, ao contrário das outras forças de esquerda, inclusive a legenda irmã. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), que rompeu com o Palácio do Planalto.

"No momento, o importante", aconselha Malina, "é assegurar o êxito do processo que vivemos, para que a transição se concretize". Com 20 mil filiados e se preparando para deflagrar uma campanha para atingir 350 mil membros em todo o País, o **quorum** exigido para requerer o registro definitivo — a preocupação maior do PCB, revela o veterano Malina, é que a etapa da transição seja ultrapassada.

marcados os comícios de Belo Horizonte e Maceió antes e depois do nosso, e a comitiva está formada, não foi possível atender ao pedido".

A discussão dos partidos a respeito do adiamento esconde na verdade, o temor de que a mobilização não seja suficiente para levar ao comício um público grande e entusiasmado. Na prefeitura do Recife ninguém faz segredo de que o comício de Caruaru, apesar de todo o entusiasmo do deputado estadual Fernando Lyra, não teve o entusiasmo esperado.

Mas o deputado João Coelho, que já está em guerra aberta com o PMDB porque é candidato do PDT a prefeito do Recife, prefere ver nos temores dos peemedebistas outras razões: "O secretário do Gabinete Civil do governador Miguel Arraes — diz — vem adiando sucessivamente um encontro com o comitê. Nós queremos que o Governo ajude a montar o palanque como fez o PFL na campanha passada". O comitê tinha um encontro antontem com a executiva do PMDB que também foi adiado, para segunda-feira.

Relator conta com o apoio dos pequenos

O sistema de governo parlamentarista conta com o apoio de cinco pequenos partidos. Representantes do PDS, PTB, PSB, PCB e PC do B manifestaram-se ontem favoráveis à proposta que será apresentada pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), em seu substitutivo ao anteprojeto de Constituição.

Cabral deverá sugerir ao plenário da Constituinte a adoção do sistema clássico de parlamentarismo, ou seja, a escolha pelo Congresso Nacional do primeiro-ministro, a quem caberia a chefia do Governo, enquanto ao Presidente da República competiria a chefia de Estado.

O senador Jamil Haddad, líder do PSB, disse que seu partido já se definiu favoravelmente ao parlamentarismo. Para ele, a proposta do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização (que será aprovada por Bernardo Cabral), é a que melhor traduzirá os anseios de quem defende esse sistema de governo, por se a que mais se aproxima do parlamentarismo puro.

Carneiro dá seu parecer e pede mudança

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) apresentou ontem seu parecer e substitutivo à proposta de emenda à atual Constituição, de autoria do senador Leite Chaves (PMDB-PR), que institui o sistema parlamentarista no Brasil.

Em seu parecer, o senador fluminense lembra que existe a busca generalizada, nos meios políticos, «de uma solução institucional que ponha fim ao presidencialismo imperial desses quase cem anos de República». Para Carneiro, é oportuna a iniciativa de Leite Chaves, «principalmente agora, que se redige uma nova Constituição». Ele destacou ainda que nada impede ao Congresso Nacional «que aprove a presente emenda à Constituição, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte se desobriga da alta missão que o povo lhe conferiu».

De acordo com a emenda substitutiva do senador, no capítulo do Poder Executivo, este será exercido pelo presidente da República, pelo primeiro-ministro e pelo Conselho de Ministros. Com o Primeiro-Ministro fica a direção e a responsabilidade política do Governo, além da administração federal. Ao presidente da República caberá a chefia do Estado e o comando supremo das Forças Armadas.

Eleição

Determina o substitutivo que a eleição do Presidente seja realizada, por voto direto e secreto. O texto prevê um segundo turno de votação, caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta de votos, 45 dias após proclamado o resultado do primeiro pleito, reunindo apenas os dois candidatos mais votados. O eleito governará por um período de cinco anos, sem direito à reeleição.

Entre as atribuições do Presidente da República estão a de nomear o Primeiro-Ministro e, por proposta deste, os ministros de Estado, dissolver a Câmara, nos casos previstos, e convocar eleições extraordinárias, decretar intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, ouvido o Congresso Nacional.

Ao Primeiro-Ministro, o substitutivo de Nelson Carneiro atribui o exercício da direção superior da administração federal, a elaboração do programa de Governo e a prestação de contas, ao Congresso, das atividades do exercício anterior. O Primeiro-Ministro está sujeito à moção de censura, por parte da Câmara Federal, seis meses após a apresentação de seu programa de Governo. Esta moção de censura implicará na exoneração do Primeiro-Ministro e demais integrantes do Conselho de Ministros. Caso ela se concretize, o Presidente da República terá de nomear novo premiê dentro do prazo de dez dias. Se isto não ocorrer, caberá à Câmara Federal, por maioria absoluta, eleger o novo Primeiro-Ministro.



Nelson Carneiro

Andrei Meireles

Os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, senador Marco Maciel, estão articulando uma ampla frente de



forças políticas favoráveis à manutenção do presidencialismo. Seus principais trunfos são o presidente José Sarney, com o peso da máquina federal, os governadores e as cúpulas dos principais partidos. Mas, estão enfrentando, como um sério risco, os parlamentares, que se consideram maioria na Constituinte e estão ameaçando, caso prevaleça o presidencialismo, com a adesão à proposta de fixação em quatro anos do mandato presidencial.

A alternativa defendida por parlamentares do Centro Democrático, que teria também a simpatia do deputado Bernardo Cabral, de adiar a vigência do parlamentarismo para depois do mandato de Sarney, é rejeitada pelos principais defensores da mudança do regime de governo. O senador Afonso Arinos e o deputado Luiz Henrique consideram condição essencial para o êxito do parlamentarismo a sua adoção a partir de março de 1988.

Luiz Henrique chega a advertir que a única solução política para o impasse institucional no País é a adoção do parlamentarismo já, com a fixação em cinco anos do mandato presidencial. Políticos ligados ao presidente José Sarney, concentrados no chamado grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, apresentam outra alternativa: parlamentarismo já com seis anos de mandato para Sarney.

Líder desmente aliança

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, considerou, ontem, sem fundamento a notícia de que os presidentes do seu partido, Marco Maciel, e do PMDB, Ulysses Guimarães, estão articulando acordo com vistas à sucessão presidencial, segundo o qual as duas agremiações se comprometeriam a apoiar, no segundo turno, o candidato à Presidência mais votado no primeiro turno.

Carlos Chiarelli disse não ter cabimento o PFL apoiar o candidato a Presidente do PMDB, se conseguir chegar ao segundo turno: "Se outras alianças, e não com o PMDB,

A garantia que teria sido dada por Bernardo Cabral a políticos do Centro Democrático de que optaria em seu substituto pela adoção do parlamentarismo ao final do mandato de Sarney surpreendeu aos próprios relatores-adjuntos, que estão trabalhando com ele na sede do Banco do Brasil. Essa questão não foi previamente discutida com eles.

A reação no PMDB também foi grande. Luiz Henrique diz que essa fórmula inviabiliza o novo regime, pois a próxima campanha presidencial seria feita com candidatos mobilizando a população contra o parlamentarismo. Hoje, na reunião dos líderes com Bernardo Cabral, Luiz Henrique vai insistir no parlamentarismo já, que quer adotado através de uma negociação da qual participe o próprio presidente Sarney. E observa: "Nós queremos um parlamentarismo com Sarney e não contra Sarney". Já o deputado Genebaldo Correia, coordenador da bancada do PMDB baiano, é mais incisivo: "Aceito até seis anos de mandato presidencial, mas com parlamentarismo. Se o rolo compressor do Governo impedir a sua aprovação, muita gente vai alterar posição em relação ao mandato, votando em quatro anos".

Para Luiz Henrique, a frente antiparlamentarista não vinga. Ele cita pelo menos quatro governadores que já estariam fechados com a opção do parlamentarista — Waldir Pires, Bahia; Pedro Simon, Rio Grande do Sul; Miguel Arraes, Pernambuco; e Max Mauro, Espírito Santo. Ele descarta, também, uma ação conjugada do Governo, lembrando que vários ministros, como Paulo Brossard, da Justiça, e Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, são parlamentaristas.

para eleger o seu candidato. Ele só admite a hipótese de aliança numa coligação, mas com o PFL na cabeça da chapa, o que acha improvável.

O líder do PFL notou ainda não ter sentido reproduzir a aliança democrática na sucessão presidencial, quando a experiência, a nível federal e nos estados, está mostrando que ela não tem dado certo. No momento, acentuou, o PFL prepara os nomes do senador Marco Maciel e do ministro Aureliano Chaves para disputar a sucessão do presidente Sarney, mas não há nenhuma definição quanto à composição da chapa.

Quércia apóia atual sistema

São Paulo — A maioria dos governadores do PMDB são favoráveis ao presidencialismo e eles poderão influir para que a Constituinte opte por esse sistema de governo. Essa é a opinião do governador Orestes Quércia para quem a tendência parlamentarista no Congresso está diminuindo.

Ele admitiu que o tema poderá ser analisado na reunião que os governadores realizarão no Rio de Janeiro, em data ainda não definida. Quércia lembrou que no encontro no Recife dos governadores do Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, apenas Waldir Pires

mostrou-se favorável ao parlamentarismo.

"Acredito que a maioria é favorável ao presidencialismo nesta época para o Brasil. Eu, no que puder, vou influenciar para que tenhamos um regime presidencialista nesta fase", afirmou.

Orestes Quércia evitou comentar a decisão do Judiciário de São Paulo e de não divulgar a lista dos marajás do setor, afirmando que essa é uma "questão muito subjetiva". Prometeu ainda tornar pública a relação dos funcionários das estatais com altos salários, embora ressalvando desconhecer se nelas existem "marajás".

Newton garante a sua adesão

Belo Horizonte — O deputado Ulysses Guimarães conseguiu ontem a adesão do governador Newton Cardoso para a sua tese de que caberá aos governadores, em trabalho junto às bancadas federais, a tarefa de reverter a tendência parlamentarista que começa a ganhar corpo junto aos constituintes. Ulysses fez a confidência antontem ao prefeito paulista da cidade de Rio Claro, Kal Machado, ao admitir que hoje a maioria dos constituintes prefere o regime parlamentarista ao presidencialista.

Ontem, o governador Newton Cardoso disse que concorda com o presidente nacional do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e se dispôs a empenhar-se junto aos 37 constituintes mineiros do PMDB para que votem, em plenário, a favor do presidencialismo. Segundo Newton Cardoso, esse trabalho deveria ser feito também pelos demais governadores do PMDB, uma vez que, segundo ele, o regime

presidencialista é o que mais convém ao País.

"Nesse trabalho ninguém vai pressionar os deputados. Não se trata disso, até porque um constituinte não aceita pressão. O que devemos fazer é conversar com eles, trocar idéias mostrar a eles que o País não suporta o regime parlamentarista, principalmente se a questão econômica não estiver perfeitamente ultrapassada".

O governador de Minas disse que não recebeu nenhuma solicitação do deputado Ulysses Guimarães nesse sentido, mas que também não ficará aguardando a convocação do presidente do PMDB. "Na hora oportuna, vamos conversar com os deputados. Todos sabem que defendo o regime presidencialista, pois vou mostrar aos nossos constituintes porque tenho essa posição", disse Newton Cardoso, convencido de que a ação dos governadores poderá reverter a tendência da Assembleia Nacional Constituinte.

Arraes não pressiona bancada

Recife — O governador Miguel Arraes é favorável à manutenção do Sistema presidencialista de governo, sem a concentração de poderes que a Constituição atual atribui ao presidente da República, mas não pretende fazer a menor ingerência junto à bancada federal do PMDB para que ela se oponha à possível implantação do parlamentarismo.

Essa informação foi dada ontem pelo porta-voz do Palácio do Campo das Princesas, jornalista Ricardo Leitão, acrescentando que Arraes já teve oportunidade de deixar bem clara essa sua posição perante a bancada, durante uma reunião que teve com os constituintes de Pernambuco em Brasília na véspera da convenção do PMDB.

Na ocasião, segundo o porta-

voz, Arraes explicou que um País continental e complexo como o Brasil ainda precisa de um poder central que seja a síntese de todas as suas regiões. No entanto, deixou bem claro que respeitava a posição da bancada, e que cada um votasse na Constituinte de acordo com suas consciências. Ele continua entendendo que tanto a questão do sistema de governo como a duração do mandato do presidente José Sarney são assuntos secundários.

Tributação
Por isso, Arraes pediu aos companheiros de Pernambuco o empenho na questão do sistema tributário, por entender que da forma em que ele se encontra nega a própria existência da Federação porque obriga estados e municípios a arrecadarem o necessário apenas para o pagamento de pessoal.